

08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

| | |
|------------------|-----------------------------------------------------|
| RELATOR | : MIN. JOAQUIM BARBOSA |
| REVISOR | : MIN. EROS GRAU |
| AUTOR (A/S) (ES) | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL |
| PROC. (A/S) (ES) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| REU (É) (S) | : JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA |
| REU (É) (S) | : JOSÉ GENOÍNO NETO |
| ADV. (A/S) | : SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES |
| REU (É) (S) | : DELÚBIO SOARES DE CASTRO |
| ADV. (A/S) | : CELSO SANCHEZ VILARDI |
| REU (É) (S) | : SÍLVIO JOSÉ PEREIRA |
| ADV. (A/S) | : GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ |
| REU (É) (S) | : MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA |
| ADV. (A/S) | : MARCELO LEONARDO |
| REU (É) (S) | : RAMON HOLLERBACH CARDOSO |
| ADV. (A/S) | : HERMES VILCHEZ GUERRERO |
| REU (É) (S) | : CRISTIANO DE MELLO PAZ |
| ADV. (A/S) | : CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO |
| REU (É) (S) | : ROGÉRIO LANZA TOLENTINO |
| ADV. (A/S) | : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA |
| REU (É) (S) | : SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS |
| ADV. (A/S) | : LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY |
| ADV. (A/S) | : DANIELA VILLANI BONACCORSI |
| REU (É) (S) | : GEIZA DIAS DOS SANTOS |
| ADV. (A/S) | : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA |
| REU (É) (S) | : KÁTIA RABELLO |
| ADV. (A/S) | : THEODOMIRO DIAS NETO |
| REU (É) (S) | : JOSE ROBERTO SALGADO |
| ADV. (A/S) | : RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO |
| REU (É) (S) | : VINÍCIUS SAMARANE |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ CARLOS DIAS |
| REU (É) (S) | : AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS |
| ADV. (A/S) | : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA |
| REU (É) (S) | : JOÃO PAULO CUNHA |
| ADV. (A/S) | : ALBERTO ZACHARIAS TORON |
| REU (É) (S) | : LUIZ GUSHIKEN |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO |
| REU (É) (S) | : HENRIQUE PIZZOLATO |
| ADV. (A/S) | : MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO |
| REU (É) (S) | : PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO |
| ADV. (A/S) | : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO |

AP 470-QO-quinta / MG

| | |
|------------|-------------------------------------------------------|
| REU(É) (S) | : JOSE MOHAMED JANENE |
| ADV. (A/S) | : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA |
| REU(É) (S) | : PEDRO HENRY NETO |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES |
| REU(É) (S) | : JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU |
| ADV. (A/S) | : MARCO ANTONIO MENEGHETTI |
| REU(É) (S) | : ENIVALDO QUADRADO |
| ADV. (A/S) | : PRISCILA CORRÊA GIOIA |
| REU(É) (S) | : BRENO FISCHBERG |
| ADV. (A/S) | : LEONARDO MAGALHÃES AVELAR |
| REU(É) (S) | : CARLOS ALBERTO QUAGLIA |
| ADV. (A/S) | : DAGOBERTO ANTORIA DUFU |
| REU(É) (S) | : VALDEMAR COSTA NETO |
| ADV. (A/S) | : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA |
| REU(É) (S) | : JACINTO DE SOUZA LAMAS |
| ADV. (A/S) | : DÉLIO LINS E SILVA |
| REU(É) (S) | : ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS |
| ADV. (A/S) | : DÉLIO LINS E SILVA |
| REU(É) (S) | : CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES) |
| ADV. (A/S) | : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA |
| REU(É) (S) | : ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO |
| ADV. (A/S) | : LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA |
| REU(É) (S) | : EMERSON ELOY PALMIERI |
| ADV. (A/S) | : ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS |
| ADV. (A/S) | : HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA |
| REU(É) (S) | : ROMEU FERREIRA QUEIROZ |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO |
| REU(É) (S) | : JOSÉ RODRIGUES BORBA |
| ADV. (A/S) | : INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO |
| REU(É) (S) | : PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA |
| ADV. (A/S) | : MÁRCIO LUIZ DA SILVA |
| ADV. (A/S) | : DESIRÊE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES |
| ADV. (A/S) | : JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO |
| REU(É) (S) | : ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA |
| ADV. (A/S) | : LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESOTA MOTA |
| REU(É) (S) | : LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO) |
| ADV. (A/S) | : MÁRCIO LUIZ DA SILVA |
| REU(É) (S) | : JOÃO MAGNO DE MOURA |
| ADV. (A/S) | : OLINTO CAMPOS VIEIRA |
| REU(É) (S) | : ANDERSON ADAUTO PEREIRA |
| ADV. (A/S) | : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO |
| REU(É) (S) | : JOSÉ LUIZ ALVES |
| ADV. (A/S) | : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO |
| REU(É) (S) | : JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA) |

AP 470-QO-quinta / MG

ADV. (A/S) : TALES CASTELO BRANCO
REU (É) (S) : ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV. (A/S) : TALES CASTELO BRANCO

EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. INTERROGATÓRIO. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DAS DEFESAS INTERESSADAS. AUSENTE A NULIDADE ARGUÍDA. PEDIDO DE ADIAMENTO DE UMA DAS AUDIÊNCIAS PREJUDICADO, CONFORME JULGAMENTO DO PLENÁRIO. VÍCIO NA DIGITALIZAÇÃO. AUSÊNCIA. FRANCO ACESSO DA DEFESA AOS AUTOS FÍSICOS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PEDIDO DE ACAREAÇÃO. MOMENTO INADEQUADO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. PLEITO INDEFERIDO. OMISSÃO DA INICIAL ACUSATÓRIA. PEDIDO DE REMESSA DE CÓPIAS AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, PARA DENUNCIAR O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. PEDIDO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL E IMPROCEDENTE. INÍCIO DA INSTRUÇÃO SEM JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO. DEMORA NA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. AUSENTE ILEGALIDADE. ALEGADA DISSINTONIA ENTRE OS ATOS PRATICADOS E SUA PUBLICAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZO PARA ENVIO DE PERGUNTAS A TESTEMUNHA. INOBSERVÂNCIA. PERDA DA FACULDADE PROCESSUAL. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO. INDEFERIMENTO. TESTEMUNHAS NÃO LOCALIZADAS. ENDEREÇOS NÃO FORNECIDOS PELA DEFESA. INDEFERIMENTO DE NOVAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO. PREVISÃO LEGAL. CUSTAS DA EXPEDIÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA. NECESSIDADE DE ANTECIPAÇÃO DOS VALORES PELO REQUERENTE. ARTIGO 222-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CALENDÁRIO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS ESTABELECIDO PELO RELATOR. IRRAZOABILIDADE. AUSÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. QUESTÃO DE ORDEM RESOLVIDA PARA INDEFERIR TODOS OS PEDIDOS FORMULADOS. INTIMAÇÃO DA DEFESA DO RÉU ROBERTO JEFFERSON PARA ESCLARECER SUA CONDUTA NOS AUTOS.

1. Todas as defesas tiveram a possibilidade de participar dos interrogatórios realizados nesta ação penal, tendo em vista a fixação de prazos razoáveis entre as audiências designadas em diferentes unidades da federação. Ausência de qualquer motivo concreto que impossibilitasse a participação das defesas.

2. O pedido de adiamento de um interrogatório ficou prejudicado em razão de decisão do próprio juízo delegatário postergando sua realização. Existência de decisão irrecorrível do plenário do Supremo Tribunal Federal na matéria.

3. A digitalização do feito pela secretaria tem por intuito facilitar o acesso aos autos pelas partes, não havendo possibilidade de se digitalizar, instantaneamente ou de modo imediato, todas as peças juntadas diariamente aos autos.

AP 470-QO-quinta / MG

Ausentes prejuízos às defesas, que têm sempre a possibilidade de acesso ao processo físico.

4. O momento oportuno para acareação se dá depois da colheita de toda a prova oral. No caso concreto, constata-se ausente qualquer contradição entre os depoimentos apontados pela defesa do réu ROBERTO JEFFERSON, razão pela qual se indefere o pedido.

5. O pedido de remessa de cópias ao Procurador-Geral da República, para oferecimento de denúncia contra o Presidente da República nestes autos, é manifestamente improcedente, visto que o autor da inicial já é a autoridade com atribuição para o oferecimento da acusação. Ademais, o pedido de que este Tribunal determine que o Procurador-Geral da República denuncie o Presidente é juridicamente impossível.

6. Não é necessário o julgamento dos embargos de declaração para dar início à instrução do processo ou à oitiva das testemunhas arroladas pelas partes, dada a ausência de efeito suspensivo do recurso em questão.

7. A alegada demora na publicação do acórdão proferido nos embargos de declaração não causou prejuízo à defesa, sendo relevante assinalar que o referido acórdão já foi publicado.

8. Não há qualquer dissintonia entre os atos praticados nesta ação penal e suas respectivas publicações para efeito de intimação. Eventual demora é a natural do procedimento de publicação, não havendo, contudo, qualquer ato ou procedimento sigiloso.

9. A inobservância do prazo para envio de perguntas a testemunha arrolada pela própria defesa gera a perda do direito. O argumento do réu ROBERTO JEFFERSON, no sentido de que a testemunha deveria ser incluída como ré na ação penal, já havia sido rejeitado pelo plenário, no julgamento dos embargos de declaração contra o recebimento da denúncia. Ademais, ainda que o pedido fosse, agora, deferido, o momento adequado para o exercício da faculdade processual teria de ser observado pela defesa, com o envio de suas perguntas à testemunha que ela mesma arrolara nesta qualidade.

10. Indeferimento do pedido de devolução do prazo para envio de perguntas ao Presidente da República, na qualidade de testemunha, pois o réu deixou de exercer a faculdade processual por sua própria vontade. O deferimento causaria tumulto processual e prejudicaria o andamento regular do feito.

11. O indeferimento das testemunhas cujos endereços não foram fornecidos, na oportunidade da defesa prévia, nem atualizados posteriormente pela defesa, tem previsão legal e não se deu sem antes dar ao réu a faculdade de informar os endereços faltantes. O ônus da atualização dos endereços é da defesa, e não do Poder Judiciário.

AP 470-QO-quinta / MG

12. A antecipação de valores para custear a expedição de carta rogatória para oitiva de testemunha de defesa no exterior tem previsão legal no art. 222-A do Código de Processo Penal, considerado plenamente constitucional e aplicável pelo plenário, em julgamento realizado no curso desta ação penal.

13. A defesa não apresentou qualquer fundamento para a alegação de que seriam irrazoáveis os prazos para cumprimento das cartas de ordem pelos juízos delegatários. Pedido de estabelecimento de outros prazos indeferido.

14. Questão de ordem resolvida no sentido de indeferir todos os pedidos formulados pelo réu ROBERTO JEFFERSON e julgar prejudicados os agravos regimentais a eles correspondentes.

15. Intimação da defesa para esclarecer sua possível atuação com intuito deliberado de prejudicar o regular andamento do feito.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, apreciando questão de ordem suscitada pelo Relator, em indeferir todos os requerimentos e, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello, determinar que se encaminhe à Ordem dos Advogados do Brasil, para a consideração que mereça, cópia do acórdão, das notas taquigráficas e da peças indicadas pelo Relator.

Brasília, 08 de abril de 2010.

JOAQUIM BARBOSA

-

Relator

08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

| | |
|------------------|-----------------------------------------------------|
| RELATOR | : MIN. JOAQUIM BARBOSA |
| REVISOR | : MIN. EROS GRAU |
| AUTOR (A/S) (ES) | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL |
| PROC. (A/S) (ES) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |
| REU (É) (S) | : JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA |
| REU (É) (S) | : JOSÉ GENOÍNO NETO |
| ADV. (A/S) | : SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES |
| REU (É) (S) | : DELÚBIO SOARES DE CASTRO |
| ADV. (A/S) | : CELSO SANCHEZ VILARDI |
| REU (É) (S) | : SÍLVIO JOSÉ PEREIRA |
| ADV. (A/S) | : GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ |
| REU (É) (S) | : MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA |
| ADV. (A/S) | : MARCELO LEONARDO |
| REU (É) (S) | : RAMON HOLLERBACH CARDOSO |
| ADV. (A/S) | : HERMES VILCHEZ GUERRERO |
| REU (É) (S) | : CRISTIANO DE MELLO PAZ |
| ADV. (A/S) | : CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO |
| REU (É) (S) | : ROGÉRIO LANZA TOLENTINO |
| ADV. (A/S) | : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA |
| REU (É) (S) | : SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS |
| ADV. (A/S) | : LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY |
| ADV. (A/S) | : DANIELA VILLANI BONACCORSI |
| REU (É) (S) | : GEIZA DIAS DOS SANTOS |
| ADV. (A/S) | : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA |
| REU (É) (S) | : KÁTIA RABELLO |
| ADV. (A/S) | : THEODOMIRO DIAS NETO |
| REU (É) (S) | : JOSE ROBERTO SALGADO |
| ADV. (A/S) | : RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO |
| REU (É) (S) | : VINÍCIUS SAMARANE |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ CARLOS DIAS |
| REU (É) (S) | : AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS |
| ADV. (A/S) | : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA |
| REU (É) (S) | : JOÃO PAULO CUNHA |
| ADV. (A/S) | : ALBERTO ZACHARIAS TORON |
| REU (É) (S) | : LUIZ GUSHIKEN |
| ADV. (A/S) | : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO |
| REU (É) (S) | : HENRIQUE PIZZOLATO |
| ADV. (A/S) | : MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO |
| REU (É) (S) | : PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO |
| ADV. (A/S) | : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO |

AP 470-QO-quinta / MG

| | | |
|------------|---|-----------------------------------------------------|
| REU(É) (S) | : | JOSE MOHAMED JANENE |
| ADV. (A/S) | : | MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA |
| REU(É) (S) | : | PEDRO HENRY NETO |
| ADV. (A/S) | : | JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES |
| REU(É) (S) | : | JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU |
| ADV. (A/S) | : | MARCO ANTONIO MENEGHETTI |
| REU(É) (S) | : | ENIVALDO QUADRADO |
| ADV. (A/S) | : | PRISCILA CORRÊA GIOIA |
| REU(É) (S) | : | BRENO FISCHBERG |
| ADV. (A/S) | : | LEONARDO MAGALHÃES AVELAR |
| REU(É) (S) | : | CARLOS ALBERTO QUAGLIA |
| ADV. (A/S) | : | DAGOBERTO ANTORIA DUFU |
| REU(É) (S) | : | VALDEMAR COSTA NETO |
| ADV. (A/S) | : | MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA |
| REU(É) (S) | : | JACINTO DE SOUZA LAMAS |
| ADV. (A/S) | : | DÉLIO LINS E SILVA |
| REU(É) (S) | : | ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS |
| ADV. (A/S) | : | DÉLIO LINS E SILVA |
| REU(É) (S) | : | CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES) |
| ADV. (A/S) | : | MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA |
| REU(É) (S) | : | ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO |
| ADV. (A/S) | : | LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA |
| REU(É) (S) | : | EMERSON ELOY PALMIERI |
| ADV. (A/S) | : | ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS |
| ADV. (A/S) | : | HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA |
| REU(É) (S) | : | ROMEU FERREIRA QUEIROZ |
| ADV. (A/S) | : | JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO |
| REU(É) (S) | : | JOSÉ RODRIGUES BORBA |
| ADV. (A/S) | : | INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO |
| REU(É) (S) | : | PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA |
| ADV. (A/S) | : | MÁRCIO LUIZ DA SILVA |
| ADV. (A/S) | : | DESIRÊE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES |
| ADV. (A/S) | : | JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO |
| REU(É) (S) | : | ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA |
| ADV. (A/S) | : | LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA |
| REU(É) (S) | : | LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO) |
| ADV. (A/S) | : | MÁRCIO LUIZ DA SILVA |
| REU(É) (S) | : | JOÃO MAGNO DE MOURA |
| ADV. (A/S) | : | OLINTO CAMPOS VIEIRA |
| REU(É) (S) | : | ANDERSON ADAUTO PEREIRA |
| ADV. (A/S) | : | ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO |
| REU(É) (S) | : | JOSÉ LUIZ ALVES |
| ADV. (A/S) | : | ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO |
| REU(É) (S) | : | JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA) |

AP 470-QO-quinta / MG

ADV. (A/S) : TALES CASTELO BRANCO
REU (É) (S) : ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV. (A/S) : TALES CASTELO BRANCO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Trata-se de **Questão de Ordem** para análise de **treze** pedidos formulados pela defesa do réu **ROBERTO JEFFERSON**, contidos em petições de Agravo Regimental que, contudo, **não esclarecem qual a decisão agravada**.

Por sustentarem a existência de **inúmeras nulidades**, que teriam causado **prejuízo** ao exercício da ampla defesa e contaminado todo o processo, desde os interrogatórios dos réus, analiso todas as petições nesta Questão de Ordem.

As alegações do réu são as seguintes:

1) realização de interrogatório em Recife sem que sua defesa tivesse tempo útil para participar da audiência;

2) ausência de **atualização do feito pela Secretaria da Corte**, de modo que a defesa pudesse conhecer do inteiro teor dos autos antes das audiências realizadas;

3) não atendimento do pedido do Agravante para que fosse realizada uma **acareação** entre os réus **JOSÉ GENOÍNO** e **PEDRO HENRY**;

4) não inclusão do Presidente da República entre os réus, em co-participação com os três ex-Ministros denunciados,

AP 470-QO-quinta / MG

solicitando que o Supremo Tribunal Federal extraia cópias para que seja oferecida denúncia contra o Presidente;

5) expedição de cartas de ordem para oitiva de testemunhas sem que fossem julgados os Embargos de Declaração contra o recebimento da denúncia, o que teria causado prejuízo à defesa;

6) ausência de publicação do acórdão nos embargos de declaração opostos contra o recebimento da denúncia, o que teria causado prejuízo à defesa;

7) alegada falta de sintonia entre os atos praticados no feito e suas respectivas publicações para fins de intimação;

8) impossibilidade de formular perguntas ao Presidente da República, arrolado como testemunha de defesa, tendo em vista pedido do réu, ainda não analisado, no sentido de que Sua Excelência seja denunciado nestes autos, o que poderia alterar o conteúdo das perguntas a lhe serem dirigidas;

9) necessidade de reabertura do prazo concedido pelo Relator para formular perguntas ao Presidente da República na qualidade de testemunha, já que a defesa pede sua inclusão no rol dos acusados;

10) cerceamento de defesa pelo indeferimento de testemunhas cujos endereços não foram fornecidos pela defesa, justificando tal circunstância no fato de todos serem homens públicos, cujos endereços poderiam ser buscados pela Secretaria

AP 470-QO-quinta / MG

deste Tribunal ou dos juízos delegatários no site da Câmara dos Deputados ou nos cadastros e arquivos de seus lugares de exercício funcional;

11) reconsideração da decisão que determinou a antecipação dos valores necessários à expedição da carta rogatória alusiva à inquirição da testemunha MIGUEL HORTA;

12) prazos irrazoáveis para cumprimento das cartas de ordem, pois o signatário não vive apenas e somente desta causa para poder seguir o ritmo decorrente do calendário de audiências, que reclama revisão;

13) por fim, nulidade de todo o processo, desde os interrogatórios não renovados, de que a defesa de ROBERTO JEFFERSON não pôde participar, bem como de todas as oitivas de testemunhas, já que este plenário não teria autorizado a instrução sem publicação do acórdão de recebimento da denúncia, mas sim, apenas, a citação e interrogatório dos réus.

É o relatório.

08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAISV O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Senhor Presidente, a defesa do réu ROBERTO JEFFERSON já fez juntar aos autos, desde o recebimento da denúncia, inúmeras petições, com grande confusão de idéias e de pedidos, alegando a existência das mais diversas nulidades nos autos desta ação penal, algumas manifestamente incabíveis ou improcedentes, seja por impugnarem decisão deste Plenário, seja por não indicarem qual seria o prejuízo causado à defesa, seja, até mesmo, por consubstanciarem pedido juridicamente impossível.

Apenas para se ter uma idéia, esta ação penal foi autuada no dia 12 de novembro de 2007. Em pouco mais de um mês, ou seja, do dia 13 de novembro de 2007, quando interpôs seus embargos de declaração contra o acórdão de recebimento da denúncia, ao dia 19 de dezembro de 2007, o acusado protocolou 7 (sete) petições, cada uma delas alegando incontáveis nulidades na ação penal que tinha começado a tramitar havia tão pouco tempo. E note-se que, no dia 6 de dezembro de 2007, o Tribunal já havia analisado vários dos pedidos formulados pela defesa de ROBERTO JEFFERSON.

AP 470-QO-quinta / MG

Passado o recesso, em 8 de fevereiro de 2008 o réu protocolou nova petição, a exemplo das anteriores com pedido de conversão em agravo regimental no caso de indeferimento.

Em 19 de junho de 2008, foram julgados todos os embargos de declaração opostos contra o recebimento da denúncia, inclusive o de ROBERTO JEFFERSON, que alegava, dentre outras coisas, a existência de omissão quanto à participação do Presidente da República nos fatos narrados na inicial acusatória.

Com este julgamento, foram expedidas as cartas de ordem para oitiva das testemunhas de acusação, dando início a um novo ciclo de pedidos por parte da defesa do acusado, conforme petições de 8 de agosto de 2008 e 25 de agosto de 2008.

Em outubro foram julgadas duas questões de ordem e um agravo regimental e em dezembro foram encerradas as oitivas das testemunhas de acusação.

Em 16 de fevereiro de 2009, o réu ROBERTO JEFFERSON interpôs mais um agravo regimental, sempre reiterando pedidos anteriores, inclusive já apreciados pelo plenário, trazendo, às vezes, questões já julgadas e rechaçadas pelo Plenário deste Tribunal, incluindo pedidos novos, de modo a dificultar o trabalho do Relator. Da mesma maneira procedeu em 13 de março de

AP 470-QO-quinta / MG

2009, 23 de março de 2009, 13 de abril de 2009, 11 de maio de 2009.

Em 10 de junho de 2009 foram julgados por este plenário um agravo regimental, referente às perícias que vêm sendo realizadas nesta ação penal, e uma questão de ordem, relativa à oitiva de testemunhas no exterior; outro agravo, relativo a pedido de oitiva de SÍVIO PEREIRA como testemunha, foi julgado no dia 18 de junho seguinte.

Depois do recesso, o acusado protocolou novas petições nos dias 15 de setembro de 2009, 19 de outubro de 2009 e 17 de novembro de 2009. Este ano, mais petições em 05 de fevereiro e 22 de fevereiro de 2010.

O que mais impressiona não é apenas o volume de petições trazidas pelo réu ROBERTO JEFFERSON aos autos, mas, especialmente, a insólita capacidade de sua defesa de formular pedidos manifestamente improcedentes ou incabíveis, de insurgir-se contra decisões deste plenário, de veicular inverdades sobre atos e decisões praticados nestes autos e, o que é inadmissível numa ação penal deste porte, de postular pedidos juridicamente impossíveis, como o pleito de que este Tribunal determine ao Procurador-Geral da República o oferecimento de denúncia contra o Presidente da República.

AP 470-QO-quinta / MG

Daí a razão pela qual decidi trazer à apreciação do colegiado **todos os pedidos em conjunto**, otimizando, desta maneira, o tempo escasso deste já tão assoberbado Tribunal Pleno.

Analiso, assim, ponto por ponto, as nulidades apontadas pelo réu ROBERTO JEFFERSON.

**1) REALIZAÇÃO DE INTERROGATÓRIO EM RECIFE E EM
BRASÍLIA SEM PARTICIPAÇÃO DA DEFESA DE ROBERTO JEFFERSON**

O interrogatório em Recife seria realizado no dia 27 de novembro de 2007 e, na véspera de sua realização, dia 26 de novembro, a defesa ingressou com pedido de liminar para sustação da ação penal, por entender que poderia haver coincidência de datas de audiências.

Ocorre que o interrogatório em questão, para oitiva do réu PEDRO CORRÊA, não foi realizado no dia 27 de novembro de 2007, como a defesa do réu insiste em afirmar. A audiência foi remarcada pelo juiz delegatário de Recife, que comunicou ao meu gabinete a **redesignação do interrogatório de PEDRO CORRÊA** para o dia 14/12/2007.

Por tal razão, no julgamento da primeira Questão de Ordem nesta ação penal, ocorrido em 6 de dezembro de 2007, este plenário julgou prejudicado o pedido em referência, nos termos do voto deste Relator, verbis:

AP 470-QO-quinta / MG

"Sra. Presidente, no que concerne à irresignação relativa à audiência de interrogatório inicialmente marcada pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, para o dia 27/11/2007, entendo que tal questionamento está prejudicado, pois recebi, por fax, em meu gabinete, no dia 05/12/2007, ofício no qual se informa que o interrogatório do réu Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto foi redesignado para o dia 14/12/2007, às 14:00 horas.

(...)

Julgo prejudicadas as petições nas quais se impugna a audiência anteriormente marcada pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, para o dia 27/11/2007, em razão da designação de nova data para o interrogatório, que se realizará no dia 14/12/2007, como já me foi comunicado (...)".

Assim, o pedido já foi apreciado pelo plenário, que o julgou prejudicado, neste ponto, razão pela qual a sua reiteração é incabível.

Quanto ao interrogatório do réu JOSÉ GENOÍNO, ocorrido em 17 de dezembro de 2007 e cuja renovação é requerida pela defesa de ROBERTO JEFFERSON, o pedido não merece prosperar. Isto porque, este plenário já havia determinado, mais de dez dias antes - no mesmo dia 6 de dezembro em que se julgou prejudicado o pedido de anulação do interrogatório em Recife -, a necessidade de compatibilização das datas das oitivas a serem realizadas pelos diferentes juízos delegatários, de modo a possibilitar a presença da defesa que tivesse interesse em participar da audiência, garantindo a observância ao art. 188 do Código de Processo Penal. Esta decisão foi observada durante todo o curso dos interrogatórios, de modo a possibilitar a

AP 470-QO-quinta / MG

formulação de reperguntas pelas defesas dos co-réus àquele que estiver sendo interrogado, nos termos do art. 188 do Código de Processo Penal.

Assim, as audiências foram designadas em coordenação com meu gabinete, sempre de modo a viabilizar a efetiva presença das defesas nas audiências que fossem de seu interesse.

Eis o que constou expressamente de meu voto, acompanhado à unanimidade pelo plenário (fls. 15.136/15.143, vol. 70):

"Sr^a Presidente, o Procurador-Geral da República tratou do assunto de maneira tão precisa nas suas contra-razões que eu as transcrevo integralmente:

"(...)

Trata-se de agravo regimental interposto por Roberto Jefferson Monteiro Francisco contra a decisão proferida por Vossa Excelência que expediu cartas de ordem para interrogatório dos réus.

O recorrente alega, em síntese, que não houve ordem **determinando a participação simultânea de todas as demais defesas nos interrogatórios**. Tal omissão ofenderia o art. 188 do Código de Processo Penal.

O recurso deve ser indeferido.

A análise da disciplina normativa do interrogatório do acusado (arts. 185/196 do Código de Processo Penal) revela, no que concerne ao debate ora travado, que só há obrigatoriedade da presença de três sujeitos processuais: o juiz, o acusado e seu advogado.

(...)

A lei não estabeleceu que o acusado deveria ser interrogado, além de acompanhado do seu próprio defensor, na **presença dos defensores dos demais réus**.

AP 470-QO-quinta / MG

(...)

Entretanto, (...) facultou a participação dos defensores dos demais acusados, bem como autorizou a formulação de questionamentos. É o que emerge do art. 188 do Código de Processo Penal:

'Art. 188. Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato a ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante'.

(...)

Todavia, e insisto nesse ponto, a participação do defensor do co-réu no ato é facultativa. (...) A definição da natureza facultativa dessa presença traz repercussões importantes. Por exemplo, não há necessidade de nomeação de defensor para o ato processual no caso de ausência do advogado constituído de algum dos co-réus. Em caso de ausência, a defesa do co-réu deverá suportar o ônus de sua atitude.

(...)

O recorrente manifestou de modo expresso e tempestivo seu desejo de participar de todos os interrogatórios dos demais integrantes do pólo passivo da ação penal.

Nessa específica hipótese, o defensor do recorrente deve ser cientificado das audiências, para que possa comparecer, exercendo a faculdade prevista no art. 188.

No caso concreto, já houve a devida ciência do recorrente das audiências que serão realizadas.

Conforme o documento de fl. 12911 dos autos, a expedição das Cartas de Ordem foi comunicada formalmente para todos os defensores dos quarenta réus.

A disciplina da remessa de uma Carta de Ordem obedece a mesma lógica do

AP 470-QO-quinta / MG

envio de uma Carta Precatória. Só há necessidade de intimação da expedição, pois a partir desse ponto cabe ao defensor acompanhar seu desenrolar no juízo que recebeu a incumbência de cumpri-la. A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal trilha citado entendimento. (...)

Tendo em vista a faculdade do defensor de participar dos interrogatórios dos outros réus e a manifestação prévia e expressa de exercê-la verificada no caso em exame, não se apresenta possível que audiências ocorram em Estados da Federação distintos sem pelo menos um intervalo de um dia, sob pena de inviabilidade física do exercício da faculdade.

(...)"

Sr^a. Presidente, subscrevo integralmente as razões elencadas pelo PGR na sua manifestação.

Saliento, por oportuno, que também assiste parcial razão aos agravantes, na medida em que é legítimo, em face do que dispõe o artigo 188 do CPP, que as defesas dos co-réus participem dos interrogatórios de outros réus.

(...)

Não há dúvida, como bem ressaltou o eminente PGR, que nesta ação penal foi dada aos agravantes e aos demais co-réus a oportunidade de participação nos interrogatórios, já que todos foram devidamente intimados das expedições das cartas de ordem para a realização dos interrogatórios para a realização dos interrogatórios e recebimento das defesas prévias.

Não há, portanto, que se fazer qualquer alteração, ou ressalva, nas cartas de ordem expedidas, de modo que incumbe aos defensores das partes acompanharem os interrogatórios que forem do seu interesse.

(...)

É legítima, contudo, a preocupação dos agravantes no que concerne à eventual coincidência de datas entre as audiências realizadas em diversos Estados da Federação, o que, no presente caso, poderia trazer dificuldades aos defensores que eventualmente queiram participar dos interrogatórios dos co-réus.

AP 470-QO-quinta / MG

De modo a evitar a coincidência de datas, ou a fixação de datas de audiências em dias consecutivos, em diferentes Estados da Federação, dou parcial provimento aos agravos regimentais interpostos para, sem qualquer alteração nas cartas de ordem já expedidas, nem nas datas já fixadas para os interrogatórios, determinar a expedição de ofício aos juízos competentes para a realização dos interrogatórios, solicitando-lhes que informem as datas já reservadas para as audiências. Caso seja necessário alterar essas datas, o juiz deverá comunicar a alteração a este Relator, como de praxe.

Assim, apenas no caso da eventual coincidência de datas, ou de proximidade tal que impossibilite a defesa dos réus, determinarei a marcação de nova data para interrogatório.

Fora de tais hipóteses, o processo seguirá sua marcha normal, sem sobressaltos."

Os interrogatórios mencionados no pedido de ROBERTO JEFFERSON em análise não se enquadraram nestas situações de coincidência ou proximidade de datas que inviabilizasse a presença de sua defesa nas audiências. Aliás, a defesa de ROBERTO JEFFERSON não informou qualquer motivo pelo qual as datas dos interrogatórios em Recife (que já havia sido redesignado para outra data) e em Brasília impediriam a sua participação, afirmando, apenas, que "não teve tempo hábil" para comparecer às oitivas.

Note-se que os interrogatórios só tiveram início depois de publicada a decisão que determinou a expedição das cartas de ordem, para realização da diligência, também nos termos decididos por este plenário.

AP 470-QO-quinta / MG

Assim, resolvo a questão de ordem, nesta parte, para declarar ausente qualquer nulidade nos interrogatórios impugnados pela defesa de ROBERTO JEFFERSON.

2) DIGITALIZAÇÃO DEMORADA DO FEITO PELA SECRETARIA DO TRIBUNAL

A defesa do réu ROBERTO JEFFERSON alega a existência de **prejuízo** para a defesa, sustentando que a atualização do feito não está sendo feita de modo imediato pela Secretaria deste Tribunal e que, sem a digitalização, não seria possível conhecer do inteiro teor dos documentos contidos nos autos quando das audiências de interrogatório e oitiva de testemunhas realizadas nesta ação penal.

Senhores Ministros, a digitalização desta ação penal, assim como a de todos os outros feitos em matéria criminal, vem sendo procedida a contento pela Secretaria do Tribunal, com a rapidez técnica e humanamente possível. Não há como exigir que a digitalização seja **instantânea**, sendo importante destacar que, no caso destes autos, eu mesmo determinei algumas vezes a urgência da digitalização, tendo em vista as audiências que vinham sendo conduzidas. A Secretaria sempre cumpriu todas as determinações, não havendo o prejuízo apontado pelo réu.

AP 470-QO-quinta / MG

Por outro lado, ainda que a digitalização das peças juntadas aos autos não seja imediata, instantânea, é sempre possível o acesso das partes aos autos físicos. Para esse efeito, é bom lembrar que todos os advogados são diariamente informados sobre cada novo andamento do processo, através de seu endereço eletrônico pessoal, pelo sistema de informática deste Tribunal.

É de se considerar, ainda, que a defesa do réu ROBERTO JEFFERSON não indicou quais documentos poderia ter auxiliado nas audiências já realizadas nesta ação penal, os quais, por não terem sido tempestivamente digitalizados pela Secretaria, teriam dificultado o exercício da ampla defesa.

Concluo, portanto, pela rejeição da alegação de nulidade por ausência de digitalização integral tempestiva do feito ao tempo dos interrogatórios, oitivas de testemunhas ou outras diligências levadas a efeito nesta ação penal.

3) NÃO ATENDIMENTO AO PEDIDO DE ACAREAÇÃO ENTRE OS RÉUS JOSÉ GENOÍNO E PEDRO HENRY

O acusado alega ter havido contradição entre os depoimentos dos réus JOSÉ GENOÍNO e PEDRO HENRY.

Em primeiro lugar, o momento para a acareação se dá após a colheita de toda a prova oral requerida pelas partes, já

AP 470-QO-quinta / MG

que as contradições podem ocorrer não só entre acusados, mas também entre acusados e testemunhas ou entre as próprias testemunhas (art. 229 e 230 do CPP). Daí por que salientei que **trataria do assunto oportunamente.**

Diante da insistência do acusado no sentido da apreciação do pedido, e considerando a necessidade de frear o ânimo da defesa em protocolar sucessivos pedidos, repetindo pleitos anteriores e juntando novos pedidos, em verdadeiro embaraço à plena compreensão dos requerimentos formulados, passo desde logo a **apreciar o pedido de acareação formulado por ROBERTO JEFFERSON.**

Segundo alega a defesa (fls. 14.408/14.409, vol. 66), teria havido contradição entre a afirmação de JOSÉ GENOÍNO NETO, no sentido de que **"o co-réu SÍLVIO JOSÉ PEREIRA não participava de reuniões no Palácio do Planalto como representante do Governo, senão que do Partido dos Trabalhadores"** e a afirmação de PEDRO HENRY, em seu interrogatório, afirmando que **"SÍLVIO falava lá em nome do Governo"**.

Não é verdadeira, contudo, a afirmação do réu.

Com efeito, o que se colhe do interrogatório de PEDRO HENRY é o seguinte (fls. 14.347, vol. 66):

"QUE algumas vezes SÍLVIO PEREIRA participou de reuniões do Palácio do Planalto e acha que o mesmo falava em nome do Governo;".

AP 470-QO-quinta / MG

Por sua vez, JOSÉ GENOÍNO afirmou o seguinte (fls. 14.324/14.332, vol. 66):

"QUE nas reuniões com os partidos políticos para discutir alianças, nem sempre o Sr. DELÚBIO SOARES e SÍLVIO PEREIRA participavam; (...) QUE o Sr. SÍLVIO PEREIRA era o Secretário de Organização e como tal levava as reivindicações ao Governo Federal."

Portanto, inexiste qualquer contradição entre os referidos depoimentos, razão pela qual indefiro o pedido de acareação.

4) AUSÊNCIA DE INCLUSÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENTRE OS RÉUS; PEDIDO DE EXTRAÇÃO DE CÓPIAS PARA QUE SEJA OFERECIDA DENÚNCIA CONTRA ELE

Senhores Ministros, a questão já foi resolvida pelo plenário e o réu insiste no tema da inclusão do Presidente da República entre os réus desta ação penal. Afirma que, pelo fato de a denúncia ter sido recebida contra três ex-Ministros de Estado, estaria subentendida sua co-participação. Argumenta que devem ser extraídas cópias dos autos para encaminhamento ao Ministério Público, de modo a que seja oferecida denúncia contra o Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

Além de tal pedido ser destituído de qualquer base documental e probatória constante dos autos, também não teria qualquer eficácia. Isto porque a presente ação penal já vem

AP 470-QO-quinta / MG

sendo conduzida pelo órgão com atribuição para o oferecimento de denúncia contra o Presidente da República, que é o Procurador-Geral da República. Portanto, não há qualquer motivo para a extração de cópias dos autos e envio ao próprio titular da ação penal aqui em curso, o Procurador-Geral da República.

Por ser manifestamente improcedente, voto pelo indeferimento do pedido.

5) NECESSIDADE DE JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA EXPEDIÇÃO DAS CARTAS DE ORDEM PARA OITIVA DAS TESTEMUNHAS

Com base neste argumento, o réu ROBERTO JEFFERSON pede a anulação de todo o processo, desde a expedição das cartas de ordem para oitiva de testemunhas.

Cuida-se de mais um **pedido completamente desprovido de fundamento**, já que os embargos de declaração não interrompem o curso do processo. Assim, não há de se falar em prejuízo à ampla defesa, o qual, aliás, não foi demonstrado.

Ademais, os embargos de declaração já foram julgados, em 19 de junho de 2008, razão pela qual a alegação já foi superada.

Indefiro o pleito.

AP 470-QO-quinta / MG

6) AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, CAUSANDO PREJUÍZO À DEFESA

Com base neste pedido, o réu pleiteia a anulação de toda a ação penal, desde a expedição das cartas de ordem para oitiva de testemunhas arroladas pela acusação.

O pedido está prejudicado, pois o acórdão já foi publicado há bastante tempo (30/04/2009).

Além disto, tal como no pedido anteriormente indeferido, deve-se ressaltar que a oposição de embargos de declaração **não interrompe o curso do processo**, menos ainda o julgamento dos embargos ou a ausência de publicação do acórdão.

Indefiro o pedido.

7) FALTA DE SINTONIA ENTRE OS ATOS PRATICADOS NO FEITO E SUAS RESPECTIVAS PUBLICAÇÕES

O réu alega a **demora na publicação** dos atos praticados nesta ação penal, o que estaria causando prejuízos à defesa e, portanto, geraria a nulidade de todo o processo.

Contudo, como se pode constatar por meio de consulta ao andamento processual disponível na internet, todas as decisões prolatadas neste processo vêm sendo **regularmente publicadas**, no tempo necessário à composição do Diário de

AP 470-QO-quinta / MG

Justiça, que não está sob controle deste Relator. Ademais, todos os atos praticados na ação penal, inclusive pela Secretaria do Tribunal, são prontamente acessíveis pela internet, inclusive em razão da digitalização dos autos, além de as decisões serem disponibilizadas em seu inteiro teor em seguida à respectiva publicação.

Não há qualquer ato ou procedimento sigiloso nesta ação penal, razão pela qual o réu ROBERTO JEFFERSON falta com a necessária lealdade processual ao alegar referida nulidade.

Indefiro o pedido.

8) ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE FORMULAÇÃO DE PERGUNTAS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA, DEVIDO A PEDIDO ANTERIOR DO RÉU NO SENTIDO DE QUE O PRESIDENTE PASSE A SER RÉU DESTA AÇÃO PENAL

Em resposta a despacho que exarei, determinando que as defesas protocolassem as perguntas escritas que pretendiam formular ao Senhor Presidente da República, na qualidade de testemunha de defesa, o réu ROBERTO JEFFERSON protocolou petição **alegando a impossibilidade de enviar suas perguntas**, porque estaria pendente seu pedido no sentido de que a testemunha mencionada fosse transformada em réu nesta ação penal. Assim, a defesa **não apresentou suas perguntas**.

AP 470-QO-quinta / MG

O réu argumenta que, caso o Presidente da República viesse a integrar o pólo passivo desta ação penal, seriam diversas as perguntas a serem formuladas por sua defesa, o que geraria a impossibilidade da formulação de perguntas no momento determinado por este Relator.

Saliento, em primeiro lugar, que à época do despacho acima mencionado, este plenário já havia indeferido pedido idêntico do paciente, formulado **nos embargos de declaração contra o recebimento da denúncia** (j. em 19.06.2008). Constatou o seguinte da ementa:

"(...)
4. Não consubstancia **omissão** a ausência de pronunciamento da Corte sobre eventual conduta de pessoa que não foi acusada de qualquer fato na denúncia.
(...)"

Na petição posteriormente protocolada, o acusado pretendeu forjar um **argumento novo**, salientando que seu pedido era no sentido de que o Supremo Tribunal Federal determinasse a **extração de cópias destes autos e sua remessa ao Ministério Público, determinando que aquele órgão oferecesse denúncia contra o Presidente LULA.**

Ora, esse pedido é **juridicamente impossível**. Com efeito, ele contraria a regra da inércia do órgão jurisdicional, da sua imparcialidade e da titularidade da ação penal pelo órgão do Ministério Público. O Presidente da República **não era sequer**

AP 470-QO-quinta / MG

investigado e, portanto, não foi acusado de qualquer fato criminoso.

Aliás, mesmo que se tratasse de arquivamento de inquérito, o que não é a hipótese, o pedido, ainda assim, seria juridicamente impossível, pois o titular desta ação penal é o **Procurador-Geral da República**, o que torna inaplicável o art. 28 do Código de Processo Penal.

Desta maneira, não está configurada a alegada impossibilidade de formulação de perguntas à testemunha arrolada por sua própria defesa. Ao contrário, **as perguntas deveriam ter sido enviadas no momento determinado por este Relator**, ainda que o pedido fosse minimamente razoável - o que não ocorre na espécie -, justamente para garantir o exercício do direito no caso de seu deferimento, sob pena de ferir-se a ordem do processo e a sua marcha regular.

Do exposto, indefiro o pedido.

9) **PEDIDO DE REABERTURA DO PRAZO PARA FORMULAR PERGUNTAS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NA QUALIDADE DE TESTEMUNHA**

Pelas mesmas razões expostas no tópico anterior, também o pedido de reabertura do prazo para a formulação de perguntas ao Presidente da República é manifestamente improcedente e tem o claro fim de protelar o andamento desta

AP 470-QO-quinta / MG

ação penal, especialmente se considerarmos que este processo tem 39 (trinta e nove) réus. E a fase de oitiva de testemunhas já se encaminha para o fim.

Com efeito, o processo estará fadado à inutilidade caso se proceda à devolução de prazo sempre que um dos réus formular um pedido de suspensão do curso do procedimento e, por deliberação própria, sem deferimento do Relator, deixar de exercer o direito no prazo determinado, com isso obtendo, automaticamente, o efeito *suspensivo* pretendido.

Entendo, senhores ministros, que este pedido - somado aos anteriores - revela a intenção do acusado de protelar ao máximo o julgamento do feito, causar tumultos e forjar nulidades processuais, impedindo, assim, a regular prestação jurisdicional.

É dever das partes e de seus advogados agir de modo a não prejudicar o andamento do processo e a solução final da lide, mesmo de natureza criminal. Este é um dever que não tem qualquer relação com o direito do réu de não se autoincriminar. Não se pode permitir que chicanas, proliferação de pedidos inconsistentes e infundados para anulação do processo, tentativas de causar nulidades na ação penal e outros comportamentos atentatórios ao dever de lealdade processual se

AP 470-QO-quinta / MG

tornem rotina e alcancem o objetivo maior, que é o de impedir o regular trâmite processual.

No caso em análise, este plenário já havia apreciado e indeferido o pedido do réu ROBERTO JEFFERSON para que o Presidente da República fosse incluído no pólo passivo da ação penal, ao julgar seus embargos de declaração contra a decisão de recebimento da denúncia.

Ou seja: a deliberação unilateral do réu, de não formular perguntas à testemunha, desrespeitou aquele julgamento, pois a suposta omissão teve por fundamento justamente a alegação de que o Presidente poderia vir a integrar o pólo passivo da ação penal, caso o plenário atendesse ao pleito de remessa de cópias à Procuradoria-Geral da República para tal fim.

Ora, na ocasião do julgamento dos embargos, salientou-se que não houve omissão do acórdão quanto à participação do Presidente da República nos delitos narrados na inicial, simplesmente porque não foram imputados contra ele quaisquer fatos criminosos.

Por meio da petição ora em análise, o réu, não satisfeito com o acórdão deste colegiado, insistiu no tema do oferecimento da denúncia contra o Presidente, alegando, agora, que o problema estaria na omissão do Ministério Público em formular a acusação.

AP 470-QO-quinta / MG

Ora, isso consubstancia um verdadeiro recurso contra a decisão do plenário. E mais: trata-se de pedido juridicamente impossível, contrário à Constituição da República, como já visto no tópico anterior, por caracterizar violação aos princípios da inércia e da imparcialidade do juiz, em hipótese que não guarda pertinência com o art. 28 do Código de Processo Penal, já que: 1) não houve investigação contra o Presidente; 2) o Procurador-Geral da República é o titular da ação penal.

Aliás, o pedido é completamente vazio, pois o Procurador-Geral da República já dispõe de integral acesso aos autos, não havendo qualquer sentido em enviar-lhe cópia integral do feito para que proceda ao oferecimento da denúncia.

Portanto, além de ser **manifestamente improcedente**, o pedido de devolução do prazo para formulação de perguntas ao Presidente da República revela, também, juntamente com os demais, que a defesa do réu ROBERTO JEFFERSON vem agindo com intuito firme de tumultuar o andamento desta ação penal.

Indefiro o pedido.

10) CERCEAMENTO DE DEFESA PELO INDEFERIMENTO DE TESTEMUNHAS CUJOS ENDEREÇOS NÃO FORAM FORNECIDOS PELA DEFESA

Em decisão datada do dia 7 de dezembro de 2009 (fls. 37.110/37.120, vol. 173), eu indeferi a oitiva de testemunhas

AP 470-QO-quinta / MG

não localizadas e cujos endereços não foram fornecidos ou atualizados pelo réu ROBERTO JEFFERSON, que havia apresentado, fora do prazo, petição que simplesmente insistia na oitiva de todas as testemunhas arroladas na defesa prévia. Eis os fundamentos da minha decisão, agora impugnada pelo réu:

"(...) no despacho de fls. 34.713, **determinei a intimação dos réus para, no prazo de cinco dias,**

'dizerem se insistem no depoimento das testemunhas que não foram ouvidas, seja porque não localizadas, seja porque se mudaram, seja ainda porque estavam, por razão de viagem ou qualquer outro motivo, impossibilitadas de depor.

No mesmo prazo, devem os acusados, conforme o caso, **confirmar, corrigir, completar ou atualizar o endereço** de cada testemunha que insistem em ouvir, sob pena de indeferimento.'

(...)

Quanto às petições nº 136.733/2009 e nº 137.068/2009, observo que, **das testemunhas arroladas pelo réu ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, apenas não foram ouvidas WALDOMIRO DINIZ, JOSÉ ARNALDO ROSSI, LUIZ CARLOS SANTOS, ANTÔNIO BRITTO FILHO, GASTONI RIGHI COUGHI, SILAS RONDEAU, FRANCISCO ANTUNES SPERANDEO, MIGUEL HORTA E ROBERTO SALMERON.**

Relativamente à testemunha Miguel Horta e Costa, destaco que a sua oitiva será realizada por meio de carta rogatória **[assinado que a carta já foi cumprida e devolvida]** expedida para Portugal, conforme decidido na quarta questão de ordem na presente ação penal.

Embora o denunciado ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO tenha reiterado o 'pedido de inquirição das testemunhas arroladas e não notificadas, por razões diversas, (...) bem assim o rol originário', sem ressaltar nenhuma delas, lembro que a sua defesa já havia pedido a desistência da testemunha ROBERTO SALMERON (fls. 34.216, vol. 159), o que, além de tornar dispensável o seu testemunho,

AP 470-QO-quinta / MG

evidencia certa falta de lealdade processual, princípio que deve ser respeitado por todos os atores do processo.

Quanto às demais testemunhas de ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO que não foram inquiridas, indefiro as suas oitivas, não só porque as petições nº 136.733/2009 foram protocolizadas, respectivamente, em 17.11.2009 e 19.11.2009, portanto, fora do prazo concedido no despacho de fls. 34.713 (publicado em 10.11.2009), como também porque:

(1) não foi indicado o endereço correto da testemunha WALDOMIRO DINIZ, conforme informado no ofício 828/2009, datado de 18.11.2009 e expedido pelo Juízo Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal;

(2) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha JOSÉ ARNALDO ROSSI foi a indicação de que ele era presidente do INSS, cargo ocupado desde de 10.12.2008 por Valdir Moysés Simão (conforme informação obtida no site daquela Autarquia previdenciária);

(3) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha LUIZ CARLOS SANTOS foi a indicação de que ele era deputado federal, o que não se confirma (conforme informação obtida no site da Câmara dos Deputados);

(4) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha ANTÔNIO BRITTO FILHO foi a indicação de que ele era ex-deputado federal;

(5) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha GASTONI RIGHI COUGHI foi a indicação de que ele era ex-deputado federal;

(6) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha SILAS RONDEAU foi a indicação de que ele era ex-ministro de Minas e Energia; e

(7) a única referência feita pelo acusado acerca do endereço da testemunha Francisco Antunes Sperandeo foi a indicação de que ele era do Ministério de Minas e Energia, o que não se confirma, conforme informado no ofício 828/2209, datado de 18.11.2009 e

AP 470-QO-quinta / MG

expedido pelo Juízo Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Dentre as testemunhas que, por qualquer razão, não foram inquiridas, indefiro a oitiva daquelas que não tiveram seus endereços confirmados, atualizados, corrigidos ou complementados pelos réus que as arrolaram, conforme determinado no despacho de fls. 34.713.

Defiro, por outro lado, a oitiva de todas as demais testemunhas cujos pedidos de inquirição foram ratificados pelos denunciados, com a confirmação, atualização, correção ou complementação dos seus respectivos endereços.

A fim de racionalizar o andamento do feito e propiciar o acompanhamento de todas as inquirições pelos acusados, fixo a seguinte ordem para a oitiva das testemunhas remanescentes (...)".

A defesa alega que as testemunhas arroladas são homens públicos, conhecidos por todos, cujos endereços constam das páginas dos órgãos públicos onde atuam e poderiam ser obtidos na internet. Assim, o indeferimento das testemunhas, pelo motivo em questão, teria configurado **cerceamento de defesa**.

Senhores Ministros, mais uma vez, o réu está faltando com seu dever de lealdade processual.

Em primeiro lugar, como ressaltado na decisão acima, a insistência do réu na oitiva de todas as testemunhas arroladas na defesa prévia foi protocolada fora do prazo assinalado por este Relator, demonstrando certo desprezo da defesa de JEFFERSON pela marcha regular, contínua e ordenada do processo.

AP 470-QO-quinta / MG

Em segundo lugar, esclareço que o réu, em sua defesa prévia, arrolou 33 (trinta e três) testemunhas. Contudo, forneceu o endereço de apenas 7 (sete) delas. Relativamente às demais, limitou-se a informar o suposto "órgão público" em que atuariam ou em que já tinham atuado no passado, sem qualquer informação atualizada sobre sua residência ou domicílio.

Assim, por exemplo, o ex-Presidente da República FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, em relação ao qual o réu limitou-se a informar "ex-Presidente da República". Ora, essa informação era desnecessária, já que é de conhecimento público. O importante era justamente seu endereço e, a despeito de não ter sido fornecido, a testemunha veio a ser ouvida, em homenagem à ampla defesa do réu.

Mesmo com esta liberalidade por mim concedida, não foi possível localizar o endereço atual das outras testemunhas, acima listadas. Note-se, porém, que, embora o réu não tenha fornecido o endereço de 26 testemunhas, quase todas elas foram ouvidas, exceto as sete nomeadas na decisão acima transcrita, cujas localizações não foram possíveis, mesmo adotados meios para tentar descobrir seus endereços. Foi o que se deu, por exemplo, com a testemunha FRANCISCO ANTUNES SPERANDEO, que o réu afirmou apenas ser "do Ministério das Minas e Energia", sem qualquer outra qualificação (fls. 15.881/15.890, vol. 73). O juízo

AP 470-QO-quinta / MG

delegatário de Brasília determinou que se tentasse intimar essa testemunha naquele Ministério, mas não obteve êxito. Colheu-se, inclusive, a notícia de que a testemunha residiria em outra cidade, mas à míngua de outras informações, não foi possível localizá-la, nem o réu forneceu outros dados que permitissem a realização das oitivas.

Por fim, é importante lembrar o seguinte: se, como afirmou a defesa de ROBERTO JEFFERSON, os endereços das testemunhas mencionadas poderiam ser tão facilmente obtidos, por meio de simples consulta à internet, fica a pergunta: por que a defesa não cumpriu seu dever de fornecê-los integralmente e mantê-los atualizados nos autos, como inúmeras vezes foi determinado por este Relator?

Não vislumbro, portanto, qualquer possibilidade de atender ao pedido em questão. Aliás, o pleito demonstra que a defesa de ROBERTO JEFFERSON deixa de cumprir não apenas os deveres atinentes à lealdade e à boa-fé processuais, impostos a todos os sujeitos processuais, mas também os **ônus relativos ao próprio exercício da ampla defesa**, pretendendo transferi-los ao Supremo Tribunal Federal.

Por todas estas razões, indefiro o pedido.

AP 470-QO-quinta / MG

11) RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO QUE DETERMINOU A ANTECIPAÇÃO DOS VALORES NECESSÁRIOS PARA A EXPEDIÇÃO DA CARTA ROGATÓRIA ALUSIVA À INQUIRição DA TESTEMUNHA MIGUEL HORTA EM PORTUGAL

A questão foi objeto de decisão do plenário na 4ª Questão de Ordem nesta Ação Penal, ficando estabelecido que os custos do envio da carta rogatória para Portugal ficavam a cargo dos réus, nos termos do art. 222-A do Código de Processo Penal.

Saliento, ainda, que a inquirição de MIGUEL HORTA já foi realizada, por meio de carta rogatória devidamente cumprida.

Do exposto, o pedido não comporta deferimento.

12) PRAZOS IRRAZOÁVEIS PARA CUMPRIMENTO DAS CARTAS DE ORDEM

O réu solicitou a revisão do calendário estabelecido por este Relator para oitiva das testemunhas de defesa, em que foram fixados prazos curtos, inclusive de um ou dois dias úteis, entre as datas de depoimentos em diferentes Unidades da Federação.

Senhores Ministros, eu já havia, anteriormente, submetido a este plenário a irresignação de um dos réus com relação à **celeridade** dada ao trâmite desta ação.

AP 470-QO-quinta / MG

No caso do pedido de ROBERTO JEFFERSON, o réu não demonstrou qual prejuízo sua defesa teria sofrido por força do calendário estabelecido no intuito de organizar as oitivas das testemunhas.

Os prazos mais curtos por mim fixados tiveram sempre relação com a pequena distância entre as cidades em que ocorreria a oitiva de testemunhas ou a existência de opções de viagem de avião entre estas cidades, em poucas horas, como, por exemplo, de Uberaba para Uberlândia; de Sete Lagoas para Ipatinga; de Vitória para o Rio de Janeiro; do Rio para São Paulo, e assim por diante.

O advogado do réu ROBERTO JEFFERSON alegou, tardiamente - diga-se de passagem - que "não vive apenas e somente desta causa para poder seguir o ritmo de audiências decorrente do calendário de audiências, que reclama revisão".

Ocorre que esta ação penal também não se vocaciona a adaptar-se ao ritmo, às carências e às eventuais conveniências pessoais dos advogados dos 39 (trinta e nove) réus. Os advogados podem comparecer apenas às audiências que lhes interessam e se ausentar das demais. Ou seja, o comparecimento é uma faculdade, plenamente possibilitada pelos prazos estabelecidos no calendário de oitivas.

AP 470-QO-quinta / MG

O que não podemos é estabelecer os prazos que os advogados entenderem razoáveis, de acordo com as **respectivas conveniências pessoais**. Isso não ocorre em qualquer ação penal. Aliás, de ordinário, as oitivas devem acontecer em uma só audiência ou sessão, que pode se prolongar por vários dias seguidos.

Note-se bem: foram arroladas, nesta ação penal, mais de seiscentas testemunhas. Se este Relator fosse obrigado a fixar prazos mais longos entre as audiências, levaríamos, no mínimo, de 5 (cinco) a 6 (seis) anos apenas para ouvir as testemunhas de defesa, considerando-se, especialmente, a impossibilidade de realização de audiências nos fins de semana e nos inúmeros feriados existentes no calendário nacional.

Assim, considero que o calendário estabeleceu prazos inteiramente razoáveis entre as oitivas, fixando uma ordem espacial e temporal entre elas, justamente para facilitar o deslocamento dos advogados entre as cidades onde se realizariam audiências em dias subseqüentes ou muito próximos.

De resto, a factibilidade da metodologia adotada provou-se eficaz, pois nos próximos dias lograremos concluir, às inteiras, a espinhosa fase de oitiva de testemunhas.

AP 470-QO-quinta / MG

Por fim, a defesa do réu ROBERTO JEFFERSON não demonstrou por que os prazos seriam irrazoáveis nem qual teria sido o prejuízo causado ao exercício da ampla defesa.

Do exposto, indefiro o pedido.

13) NULIDADE DE TODO O PROCESSO, A PARTIR DAS OITIVAS DE TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO PLENÁRIO

A defesa do réu ROBERTO JEFFERSON alega que o plenário teria autorizado apenas a citação e interrogatório dos réus antes do julgamento dos embargos declaratórios, mas não a continuidade da instrução, com oitiva das testemunhas de acusação.

Referida alegação falta com a verdade e consubstancia mais uma tentativa de impedir o trâmite regular do processo.

Com efeito, eis o que constou do acórdão de recebimento da denúncia no Inquérito nº 2.245, que deu origem à presente ação penal:

"Em seguida, o Tribunal, à unanimidade, acolheu proposição do Ministro Cezar Peluso, no sentido de deixar consignado que o Ministro Relator possa, desde logo, expedir os atos instrutórios necessários, independentemente de ingresso ou apreciação de embargos declaratórios".

Como se vê, a manifestação do plenário foi no sentido de deixar consignada a possibilidade de expedir todos os atos

AP 470-QO-quinta / MG

instrutórios necessários, independentemente da oposição de embargos de declaração ou de seu julgamento.

A deliberação neste sentido teve por objetivo evitar, justamente, a protelação do início da instrução criminal. Como se percebe, a manifestação foi apenas no sentido de deixar consignado, deixar expresso esse poder do Relator, já que, por lei, os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo, razão pela qual não impedem o início da instrução.

Assim, indefiro o pedido de anulação de todo o processo, desde a abertura da fase de oitiva de testemunhas de acusação.

DIPOSITIVO

Resolvo a Questão de Ordem para indeferir todos os pedidos formulados por ROBERTO JEFFERSON e declarar ausentes todas as nulidades alegadas por sua defesa, tal como analisado neste julgamento, e julgar prejudicados os respectivos pedidos de conversão das petições em agravos regimentais, tendo em vista já se tratar de decisão colegiada.

É como voto.

08/04/2010

PLENÁRIO

QUINTA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, apenas duas observações. A ação é pública e incondicionada. O titular é o Ministério Público, e é uma ação divisível, nada impedindo que, a certa altura, se apresente denúncia quanto a possível envolvido nos episódios, seja ele quem for. Não cabe ao Supremo substituir-se ao Procurador-Geral da República.

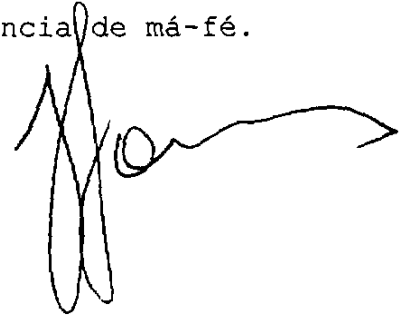
08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

PROPOSTA

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Senhor Presidente, eu proponho uma discussão sobre encaminhar à Ordem dos Advogados do Brasil uma representação contra a defesa do réu, ou de aplicação de uma multa por litigância de má-fé.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a series of loops and a long horizontal stroke ending in an arrowhead.

08/04/2010

PLENÁRIO

QUINTA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, peço vênica, quanto à providência sugerida, considerado o profissional da advocacia, para divergir.

Estamos no âmbito de um processo-crime, e deve-se adotar postura de glosa, sim, à tentativa de implementação de atos protelatórios, mas sem implicar, de alguma forma, a inibição do profissional no exercício do múnus público, que é o de defender o constituinte.

Esta Corte tem uma tradição de não representar junto à Ordem contra advogados que venham atuando em processo. Já tivemos situações fronteiriças em que veio à balha a proposta e deixou de ser acolhida pelo Colegiado. Estamos diante de procedimento que, muito embora reitere atos anteriores, não se mostra teratológico a ponto de ditar providência tão drástica como é a de representar contra aquele que atua, no processo, na defesa de um dos envolvidos.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

(RELATOR) - Veja Vossa Excelência. Li aqui diversos pedidos manifestamente contrários a decisões deste plenário. Recursos contra decisões deste plenário. A questão das testemunhas: o réu disse que cabe ao Supremo Tribunal Federal procurar o endereço das testemunhas. Ele não comparece às oitivas e diz simplesmente que não teve tempo. E recorre. Entendo que isso é um abuso do direito. Então, no mínimo cinco.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas, Ministro, o direito de espernear é um direito natural, considerado o envolvido e a atuação do profissional.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

(RELATOR) - Entendo assim também Marco Aurélio, mas, no caso há abuso. Há nitidamente um abuso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Estamos exercendo uma glosa, estamos rejeitando as preliminares e creio que o pronunciamento está de bom tamanho e sinaliza, inclusive, que a marcha processual deve ser regular.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

(RELATOR) - Dentro de dois meses, trarei mais treze questões aqui.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Peço vênica, se os

AP 470 QO5 / MG

colegas entendem de outra forma, para assentar que não cabe a providência contra o profissional da advocacia que, a meu ver, de forma equivocada – já assentamos isso –, peticionou no processo. A multa, também, não é cabível. Estamos no campo processual penal e não chego à aplicação, a assentar a litigância de má-fé a ponto de respaldar a multa no que prevista no Código de Processo Civil.

08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, tenho alguma dificuldade com relação à multa, quanto à litigância, embora reconheça integralmente que Vossa Excelência tem razão, Ministro Joaquim Barbosa, quanto a isso. Agora, quanto à representação, ela é prevista - o Ministro Ayres Britto lembrava há pouco - expressamente no Código de Ética do Advogado. *f*

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - No Código de Ética - art. 2º do Código de Ética.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Talvez fosse o caso de representação como tal, mas encaminhar cópia do acórdão à Ordem.

A SENHORA MINISTRO CÁRMEN LÚCIA - Exatamente o que eu proporia. Não que representasse, porque a representação tem que ter uma consequência e, se não tiver, o Supremo nem tem o que fazer. *f*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A minha preocupação sabe qual é? Está no fato de se ter, na representação do Tribunal, praticamente a sinalização de que deve prosperar, chegando-se a sanções contra o profissional.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É por isso ponderaria, Ministro, então, que se encaminhasse cópia dessa decisão com todas as conclusões de Vossa Excelência quanto a essa litigância, que *f*

AP 470-QO-quinta / MG

configura, sim, abuso do poder de litigar. Temos um belíssimo livro do professor José Olímpio de Castro, exatamente sobre o que o ministro descreveu aqui; que é este abuso que acaba - ele diz - sendo contra a própria sociedade, porque o juiz não tem tempo pra fazer o que deveria estar fazendo e torpedeando o processo às vezes. *✓*

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mas aqui é nítido isso.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu ponderaria no sentido não de uma representação porque acho que Ministro Marco Aurélio tem razão. *✓*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Levamos às últimas consequências, daqui a pouco não se terá profissional da advocacia atuando no próprio Supremo, com receio de providências que possam ser tomadas.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Aos bons profissionais, continuem, não fazem isso. *✓*

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Teria uma multa módica.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu encaminharia, Presidente, no sentido de enviar cópia desta decisão ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados para as providências cabíveis. *✓*

08/04/2010

PLENÁRIO

QUINTA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, pronuncio-me neste sentido até porque isso é coerente com a decisão do eminente relator com a qual concordamos. O eminente relator falou de "*manobras, chicanas, falta de lealdade processual*".

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro, não subscrevi certos vocábulos utilizados pelo relator.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Sim. Perfeito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Acompanhei Sua Excelência na rejeição das preliminares, mas não subscrevi adjetivações.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Os vocábulos, não. Mas concluímos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Perdoe-me, Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - É por isso que o encaminhamento me parece de bom tamanho.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Concordo com o encaminhamento. Por isso que pus em mesa para discussão, porque creio que isso terá um caráter inibitório.


08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAISV O T O

(s/ proposta)


O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É certo que as partes e os seus procuradores têm o dever de probidade. Têm que observar a obrigação de lealdade processual. Essa é uma exigência de caráter ético-jurídico que tem fundamento em nosso ordenamento positivo, notadamente no Código de Processo Civil, onde se estabelecem hipóteses de litigância temerária ou maliciosa das partes. Tenho alguma preocupação, no entanto, com a imposição de multa em sede processual penal.



O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - O Relator está concordando em encaminhar a cópia.



O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A imposição de multa poderia atuar como causa inibitória do direito de defesa, que há de ser amplo.

Tenho reserva quanto à anunciada comunicação à OAB, proposta pelo eminente Relator, seja porque não se deve presumir a




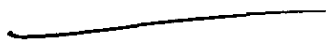
AP 470-Q05 / MG

má-fé dos litigantes (e a de seus Advogados), seja, ainda, porque inexistente, na espécie, qualquer situação configuradora de dano processual.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas, Ministro, isso só é exigido para efeito de indenização.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Estou analisando um caso concreto. O eminente Ministro JOAQUIM BARBOSA expôs, em questão de ordem, as diversas postulações formuladas pela parte, vale dizer, por Roberto Jefferson, por intermédio do seu Advogado. O Tribunal, por unanimidade, **rejeitou todas** as postulações feitas pelo acusado em questão, **acolhendo** a solução que o eminente Relator, Ministro JOAQUIM BARBOSA, deu à presente questão de ordem. Mas o próprio Relator reconhece que, dentro de duas ou três semanas, já terá concluído - e cito a frase textual de Sua Excelência - "a fase espinhosa da coleta de provas".

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O requerimento quanto às nulidades não implicou a paralisação da instrução.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A inexistência de dano processual resulta evidente no caso ora em exame, eis que a presente

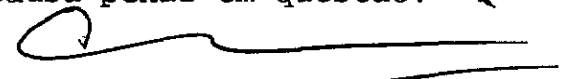
AP 470-Q05 / MG

causa penal - não obstante a complexidade do processo e o caráter multitudinário dos litisconsortes passivos - teve seqüência regular, tanto que virtualmente concluída a sua fase instrutória.



O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Imagine o julgamento final.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A despeito das adversidades resultantes das situações e dos incidentes processuais ora expostos, o eminente Relator tem dado, assim mesmo, seqüência regular ao processo, atuando de maneira extremamente positiva e conferindo celeridade ao andamento da causa penal em questão.



O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Ministro Celso, se Vossa Excelência me permite: o simples fato de estarmos aqui, quase a metade de uma sessão, para resolver questões dessa natureza, já não significa ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro, ficamos cinco dias deliberando quanto ao recebimento da denúncia!

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Seguramente nós já gastamos uma tarde somente em julgamento de questões de ordem levantadas por este réu, só por este réu. Não é a primeira vez.

08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAISVOTO S/ PROPOSTA

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Presidente, para mim ficou muito claro, e, como foi ressaltado pelo eminente Ministro Relator, algumas questões levantadas pelo nobre advogado são claramente extravagantes, para não usar um termo mais forte. Outras questões já foram decididas por este Plenário, à unanimidade, pela rejeição, e Sua Excelência o Relator avançou um ponto do qual eu estava cogitando, que é exatamente o de que este Plenário foi obrigado a perder metade de uma sessão para se debruçar sobre essas questões já resolvidas. Portanto, o advogado exorbitou claramente do múnus que a Constituição lhe atribui.

Como bem ressaltaram o Ministro Ayres Britto e também a Ministra Cármen Lúcia, o envio de peças para a Ordem dos Advogados, para que ela livremente analise a questão e decida como entender de direito, está prevista no Estatuto da OAB. Creio que não há nenhum prejuízo, não há nenhum pré-julgamento por parte desta Corte.

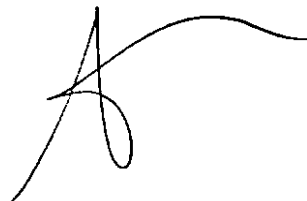
Então eu acompanho o Relator no sentido de que nós



AP 470-Q05 / MG

façamos não uma representação, mas que enviemos a cópia da peça subscrita pelo advogado, e também as notas taquigráficas do que foi discutido aqui nesta sessão.

É como voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right.

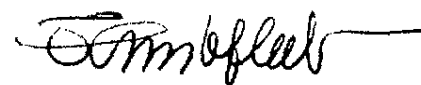
08/04/2010

TRIBUNAL PLENO

QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS**VOTO S/ PROPOSTA**

A Senhora Ministra Ellen Gracie - Presidente, eu acredito que um comportamento da sorte, na tentativa de obstaculizar o andamento processual normal, em qualquer Tribunal do mundo, seria rechaçado como *contempt of court*.

A atitude desta Corte de simplesmente encaminhar cópias ao órgão competente, que é a Ordem dos Advogados do Brasil, considerada pela própria Constituição como integrante do próprio sistema da Justiça, e tendo a Ordem dos Advogados como uma das suas finalidades, na forma de seu Estatuto, o aprimoramento das instituições democráticas creio que é uma solução, adequada e mesmo branda ao caso.



08/04/2010**TRIBUNAL PLENO****QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS****VOTO S/ PROPOSTA**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Eu também vou pedir vênia ao Ministro Marco Aurélio e ao Ministro Celso de Mello, para acompanhar inteiramente o Relator. Só lamento, Ministra, que o "contempt of court" não esteja inteiramente disciplinado no Brasil. E lamento profundamente que o Código de Processo Penal não contenha disciplina específica para punir aquilo que é ilícito, porque viola o dever jurídico de lealdade do processo.

Eu acompanho a proposta, que me parece a mais tênue possível.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****QUINTA QUEST.ORD. EM AÇÃO PENAL 470**

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REVISOR : MIN. EROS GRAU

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC. (A/S) (ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REU(É) (S): JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

ADV. (A/S): JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA

REU(É) (S): JOSÉ GENOÍNO NETO

ADV. (A/S): SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES

REU(É) (S): DELÚBIO SOARES DE CASTRO

ADV. (A/S): CELSO SANCHEZ VILARDI

REU(É) (S): SÍLVIO JOSÉ PEREIRA

ADV. (A/S): GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ

REU(É) (S): MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA

ADV. (A/S): MARCELO LEONARDO

REU(É) (S): RAMON HOLLERBACH CARDOSO

ADV. (A/S): HERMES VILCHEZ GUERRERO

REU(É) (S): CRISTIANO DE MELLO PAZ

ADV. (A/S): CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO

REU(É) (S): ROGÉRIO LANZA TOLENTINO

ADV. (A/S): PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

REU(É) (S): SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS

ADV. (A/S): LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY

ADV. (A/S): DANIELA VILLANI BONACCORSI

REU(É) (S): GEIZA DIAS DOS SANTOS

ADV. (A/S): PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

REU(É) (S): KÁTIA RABELLO

ADV. (A/S): THEODOMIRO DIAS NETO

REU(É) (S): JOSE ROBERTO SALGADO

ADV. (A/S): RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO

REU(É) (S): VINÍCIUS SAMARANE

ADV. (A/S): JOSÉ CARLOS DIAS

REU(É) (S): AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS

ADV. (A/S): ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

REU(É) (S): JOÃO PAULO CUNHA

ADV. (A/S): ALBERTO ZACHARIAS TORON

REU(É) (S): LUIZ GUSHIKEN

ADV. (A/S): JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO

REU(É) (S): HENRIQUE PIZZOLATO

ADV. (A/S): MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO

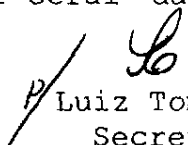
REU(É) (S) : PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV. (A/S) : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
REU(É) (S) : JOSE MOHAMED JANENE
ADV. (A/S) : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
REU(É) (S) : PEDRO HENRY NETO
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
REU(É) (S) : JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV. (A/S) : MARCO ANTONIO MENEGHETTI
REU(É) (S) : ENIVALDO QUADRADO
ADV. (A/S) : PRISCILA CORRÊA GIOIA
REU(É) (S) : BRENO FISCHBERG
ADV. (A/S) : LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
REU(É) (S) : CARLOS ALBERTO QUAGLIA
ADV. (A/S) : DAGOBERTO ANTORIA DUFAU
REU(É) (S) : VALDEMAR COSTA NETO
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É) (S) : JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
REU(É) (S) : ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
REU(É) (S) : CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
REU(É) (S) : ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV. (A/S) : LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
REU(É) (S) : EMERSON ELOY PALMIERI
ADV. (A/S) : ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS
ADV. (A/S) : HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
REU(É) (S) : ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
REU(É) (S) : JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV. (A/S) : INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
REU(É) (S) : PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV. (A/S) : DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV. (A/S) : JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
REU(É) (S) : ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV. (A/S) : LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
REU(É) (S) : LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
REU(É) (S) : JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV. (A/S) : OLINTO CAMPOS VIEIRA
REU(É) (S) : ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É) (S) : JOSÉ LUIZ ALVES
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
REU(É) (S) : JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV. (A/S) : TALES CASTELO BRANCO

REU(É)(S): ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S): TALES CASTELO BRANCO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando questão de ordem suscitada pelo Relator, indeferiu todos os requerimentos e, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello, determinou que se encaminhe à Ordem dos Advogados do Brasil, para a consideração que mereça, cópia do acórdão, das notas taquigráficas e da peças indicadas pelo Relator. Votou o Presidente. Ausentes, neste julgamento, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente) e Dias Toffoli e, em representação do Tribunal no exterior, o Senhor Ministro Eros Grau. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 08.04.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


p/Luiz Tomimatsu
Secretário